CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
Patrícia Valéria Lima da Silva

**O LIMBO CAUSADO PELA (IN)COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM
DECORRÊNCIA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS POR INCAPACIDADE**

Barbacena/MG – 2019

Patrícia Valéria Lima da Silva

**O LIMBO CAUSADO PELA (IN)COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM
DECORRÊNCIA DOS BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS POR INCAPACIDADE**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, como requisito avaliativo para a conclusão do curso de Bacharel em Direito, sob orientação do professor Rafael Cimino Moreira Mota.

Barbacena/MG – 2019

RESUMO

O presente trabalho tem intuito de analisar as mudanças da Previdência Social desde sua criação, suas principais características e princípios utilizados como inspiração para traçar a base da seguridade social, bem como destacar os principais problemas causados pelo cancelamento dos benefícios previdenciários e as consequências causadas aos trabalhadores que são declarados aptos para voltar ao labor e, também, são reprovados pelos médicos da empresa, sendo recusada a sua volta ao trabalho.

Palavras Chaves: Previdência Social, Cancelamento de Benefícios, Laboral, Limbo Previdenciário Trabalhista.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Breve histórico da evolução da Previdência Social 2.1 Nascimento da Previdência Social no mundo 2.2 início da Previdência Social no Brasil. 3. A relação entre Direito do Trabalho e Previdência Social e os princípios que alicerçam os fundamentos de proteção 3.1 Correlação dos princípios de proteção e constitucionais previdenciários 3.2 Princípio da solidariedade 3.3 Princípio da uniforme equivalência dos benefícios e serviços as populações urbanas e rurais. 3.4 Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios 3.5. Princípio da dignidade da pessoa humana 3.6 Princípio da proteção. 4. Incapacidade laborativa e a atuação da Justiça do Trabalho 4.1 Cancelamento do auxílio doença e limbo trabalhista 5. Conclusão. 6. Referências

1. INTRODUÇÃO

O Direito Previdenciário e Direito do Trabalho são dois ramos independentes, mas que se entrelaçam por comungar de princípios semelhantes, tendo como um dos objetivos a proteção do empregado que seja acometido de um infortúnio laboral.

Para tanto, a realidade fática relacionadas as consequências jurídicas que envolvem esses dois campos do direito trazem uma situação que torna – se cada vez mais frequente, bem como os processos judiciais decorrentes do chamado limbo previdenciário trabalhista tem tido uma enorme crescente. De um lado o empregador, do outro o INSS, contestando a capacidade laborativa do trabalhador que estar prestes a voltar suas atividades laborais após período de afastamento. Porém até chegarem em um consenso, o trabalhador sofre as consequências, pois o benefício previdenciário já foi cancelado e não pode voltar a exercer sua função por negativa do empregador, dessa forma, fica carecido de recursos financeiros para sua subsistência.

2. BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

2.1 Nascimento da Previdência Social no mundo

No decorrer da história pode ser observado a preocupação com a garantia dos direitos sociais, sua ampliação e aplicação. Ao estudar a historicidade desse instituto, chega ao conhecimento dos elementos basilares, entendendo sua evolução e desenrolar dos mecanismos utilizados como espelho, sendo de suma importância para interpretação do modelo utilizado nos dias atuais. A partir da situação econômica de cada povo, foram surgindo ideias para defender as formas de proteção do empregado.

Nos tempos primitivos, a proteção era baseada na organização de acordo com os costumes da época, traçando mecanismos para proteção do seu bem-estar e de toda sociedade. A evolução histórica e o crescimento demográfico, populacional e a chegada da modernidade, serviu de inspiração para a formação de organizações mutualistas, com intuito de proteger e auxiliar seus membros contra qualquer infortúnio laboral, sendo cabíveis apenas algumas categorias. Essa característica não deixou a ideia prosperar, pois causou certa insegurança.

“Tais instituições, embora tenham se proliferado não atingiram um nível de proteção universal, pelo contrário, mesmo quando subvencionados pelo Estado, em regra, limitava-se o seu espectro de cobertura a certos grupos que atuavam em atividades de grande interesse da respectiva sociedade interessada, como marinheiros, mineiros, militares, funcionários dos ministérios etc. Além disso, referidas instituições não tinham acesso e o

domínio técnico e jurídico do contrato de seguro, não ofertando, por isso, nenhuma segurança quanto ao atendimento de seus filiados em um momento de intensa necessidade social.”¹

Inglaterra

Com a evolução da organização do trabalho e a exigência da participação efetiva do Estado, o marco inicial referente às ações que envolviam a ideia de previdência social surgiu na Inglaterra em meados de 1601, com a criação da Lei dos Pobres, criando um sistema de arrecadação para auxiliar os necessitados. Através desse ato parlamentar, inspirou outros documentos de suma importância, como o que assegurava o empregado que é a parte mais fraca da relação trabalhista um seguro contra acidentes ocorridos no ambiente laboral.

“O primeiro documento legislativo de grande importância na Inglaterra, no que diz respeito à Previdência Social, foi o “Poor Relief Act”, de 1601, o qual regulamentou a instituição de auxílios e socorros públicos aos necessitados. Tal documento criou uma contribuição obrigatória arrecada da sociedade pelo Estado. Outro documento também de grande importância para a história da Previdência Social inglesa foi o “Workmen’s Compensation Act”, de 1897, o qual criou o seguro obrigatório para acidentes de trabalho. Tal documento criou para empregador, uma responsabilidade de cunho objetivo, ou seja, independente de culpa”.²

As grandes mudanças no conceito de previdência ocorreram no período pós-guerra com o plano de Beveridge, cujo documento propunha uma contribuição dos trabalhadores ao Estado, com intuito de diminuir a carência dos cidadãos necessitados, sendo revertido em ajuda as pessoas doentes, desempregadas, viúvas e como forma de contraprestação aos contribuintes teriam direito a pensões.

Alemanha

O Chanceler Otto Von Bismarck, viu uma forma de controlar as ações coletivas de protesto em meio à crise industrial. Desta forma, deu início na Alemanha a ideia de Previdência Social, criando seguros como doença, invalidez e velhice, sendo custeados pelo empregador, empregado e Estado, e seguro acidente de

¹ Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6881/evolucao-historica-da-previdencia-social-e-os-direitos-fundamentais> - Acesso em: 24 de fevereiro de 2019

² Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335 - Acesso em: 24 de fevereiro de 2019

trabalho, sendo este custeado apenas pelo empregador.

Essa proposta de assistência aos empregados passou segurança a eles e se fortaleceu com a criação da Constituição de Weimar, que após alguns anos serviu de norte para Constituição Brasileira, sendo conhecida como cidadã.

“O objetivo dos chamados seguros sociais de Bismarck foi o de, precipuamente, impedir movimentos socialistas fortalecidos com a crise industrial, atenuando a tensão existente nas classes de trabalhadores, criando para o segurado um direito subjetivo público ao seguro social.”³

Estados Unidos

Foram nos Estados Unidos, no ano de 1935, que surgiu o conceito do “Estado de bem-estar social”. Sendo marco importante para que a população tivesse a nítida ideia da assistência e Previdência Social, com o propósito de auxiliar os idosos e os desempregados atingidos pela grande depressão econômica ocorrida em 1929. Vale destacar, que também foram criadas medidas para garantir o mínimo existencial, sendo coordenadas de forma pública, visando atender toda população.

“Tal marco foi o “Social Security Act”, de 14 de agosto de 1935, o qual tinha com o escopo diminuir de maneira considerável os problemas sociais acarretados pela crise econômica de 1929. O referido documento, além de estimular o consumo, previa também o auxílio aos idosos, além de ter instituído o auxílio-desemprego para os trabalhadores que, temporariamente, ficassem desempregados”⁴

2.2 Início da Previdência Social no Brasil

No Brasil em 1923, foram instituídas as caixas de aposentadoria e pensões para a cidadãos que trabalhavam nas redes ferroviárias, através da Lei que foi batizada com nome Eloy Chaves, a partir do Decreto Legislativo nº 4.682/23, sendo o grande responsável por iniciar as ideias relativas à Previdência Social no país.

A partir da Constituição de 1824, todas as posteriores trataram de inserir em seu bojo dispositivos que tratassem do assistencialismo aos cidadãos. Mas, somente em 1934 deu início ao sistema que conhecemos hoje, em que o Estado,

³ Idem o 2

⁴ Ibidem

empregado e empregador devem contribuir com a Previdência Social.

Em 1967, a constituição da época trouxe a novidade do seguro desemprego com o objetivo de proteger o trabalhador por dispensa sem justa causa, através do cadastro em uma conta vinculada que dava direito a receber uma ajuda mensal para suprir suas necessidades, até achar um novo emprego. Também, ocorreu a criação do seguro acidente e inserção do trabalhador rural na previdência social.

Com o advento da Constituição de 1988, surge a relação com os direitos fundamentais sociais, evidenciando que cada cidadão deve conter o mínimo para manter a sua dignidade. A partir desse contexto, nasce o Sistema Nacional de Seguridade Nacional, defendendo que todos devem ter acesso aos serviços de saúde e assistência social, garantidos pelo princípio da dignidade humana. Conforme reza o artigo 6º, caput, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.⁵

3. A RELAÇÃO ENTRE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS PRINCÍPIOS QUE ALICERÇAM OS FUNDAMENTOS DE PROTEÇÃO.

A base normativa do direito do trabalho é a proteção do hipossuficiente, ou seja, a parte mais frágil da relação de emprego. O intuito é proteger os trabalhadores e a sua dignidade enquanto ser humano.

A ideia da previdência social é a mesma, por isso a incidência do desconto para contribuição previdenciária dos cidadãos que realizam atividade remunerada, com respaldo na prevenção de infortúnios laborais.

“Dentre os aspectos em que mais íntima é essa correlação, releva destacar o da filiação do trabalhador; decorrente da simples configuração da relação do emprego ou do exercício habitual da atividade profissional remunerada; o da incidência da contribuição previdenciária sob a remuneração recebida pelo

⁵ BARROSO, Darlan Barroso, JÚNIOR, Marco Antônio Araújo Júnior(coord). Vade mecum legislação selecionada para OAB e concursos- 11.ed. atual.- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p.78

empregado; o do mandato legal conferido ao empregador para descontar essa contribuição do pagamento do salário, recolhendo – a, juntamente com a que deve pagar, a instituição seguradora; o da suspensão do contrato de trabalho durante a percepção, pelo empregado. De auxílio – doença por parte do seguro social ou de aposentadoria por invalidez, durante dilatados períodos.”⁶

Dessa forma, nota – se uma estreita relação entre dois institutos que servem para proporcionar o empregado uma segurança em relação aos seus direitos, principalmente se for cometido de um infortúnio.

3.1 Correlação dos Princípios de Proteção e Constitucionais Previdenciários

Os princípios têm a função informadora, sendo tomados como base para criação das normas, inspirando legislador de forma positiva. Ao se tratar da Seguridade Social encontraremos alguns princípios em nossa Carta Magna e no Direito do Trabalho, que servem para assegurar os direitos dos cidadãos, diante de lacunas existentes, sendo fundamental para análise de conteúdos normativos. Esses princípios são abrangentes, fornecem fundamentos para compreensão e interpretação de valores de acordo com sua importância, agindo também de forma ponderada e sistemática.

3.2 Princípio da Solidariedade

O princípio da Solidariedade exige que todos que compõem a sociedade, faça uma contribuição contemplando, dessa forma, as pessoas sem poder aquisitivo. Por isso, a previdência social é conhecida como sistema de forma contributiva.

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária”⁷

⁶ Apud: MELO, Geraldo Magela, **Os Benefícios Acidentários e a Competência da Justiça do Trabalho**. Belo Horizonte, RTM, 2011. p.25

⁷ Idem o 5. p.73

Vale frisar, também, que a solidariedade abrange o campo laboral, ou seja, um empregado que sofre um acidente de trabalho em seu primeiro dia de atividades será contemplado com benefício por força desse princípio.

3.3 Princípio da Uniformidade e Equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Antes da Constituição Federal de 1988, existia uma diferença em relação aos benefícios previdenciários entre trabalhadores urbanos e rurais, havendo, assim, uma discriminação entre atividades realizadas e locais de prestação de serviços.

Esse princípio surgiu para corrigir essas diferenças e uniformizar a cobertura, oferecendo os mesmos direitos para todas categorias.

“Quando se fala em uniformidade, equivale dizer, portanto, que as mesmas contingências (morte, velhice, maternidade, etc.) serão cobertas tanto para trabalhadores urbanos como para rurais. Como exemplo de equivalência, o valor mensal dos benefícios previdenciários que substituam o rendimento do trabalho do segurado (urbano ou rural) nunca será inferior a um salário mínimo.⁸”

Essa uniformização foi de suma importância para dar mais segurança aos trabalhadores que exerciam suas atividades no campo, pois o ambiente laboral é mais propício para a ocorrência de agravos.

3.4 Princípio da Irredutibilidade do valor dos benefícios

Existem duas correntes referente à base desse princípio e o que ele defende: uma explica que não pode diminuir o valor para preservar sua aquisição e outra fala que é a preservação real do valor conquistado, atendendo os rigores da lei. Nesse sentido, Hugo Góes entende que, *in verbis*:

“o princípio da irredutibilidade assegura apenas que o benefício legalmente concedido – pela Previdência Social ou pela Assistência Social – não tenha seu valor nominal reduzido. Assim, uma vez definido o valor do benefício, este não pode ser reduzido nominalmente, salvo se houve erro as sua concessão”.⁹

⁸ GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 11ª ed. Ed. Ferreira Ltda. 2016.p 27

⁹ Idem

Cabe citar que esse princípio tem sua base em outro princípio que é a proibição do retrocesso, ou seja, direitos já conquistados não podem ser mudados para prejudicar, protegendo a renda do empregado, principalmente em se tratando dos benefícios previdenciários.

3.5 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana foi reconhecida em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse princípio tem como fundamento a proteção da integridade humana, referente à proteção dos seus direitos fundamentais que são aqueles básicos e de suma importância para existência de cada cidadão.

É considerado um dos alicerces do Direito Previdenciário, pois é usado como instrumento para garantir aos seus assegurados os direitos que lhe são devidos, diante de situações que tentem usurpar a sua dignidade e diante do desequilíbrio entre as partes em uma situação jurídica.

3.6 Princípio da Proteção

Esse princípio tem objetivo proteger o empregado, de forma a justificar a desigualdade existente na relação de trabalho, pois as partes ocupam situações diferentes. Nas palavras de Sérgio Pinto Martins (2016:133), pode ser desmembrado o princípio da proteção em três: (a) in dubio pro operário, pois havendo dúvida, não se pode decidir em desfavor do trabalhador, (b) da aplicação da norma mais favorável, ou seja, as leis devem dispor de maneira mais benéfica ao trabalhador, (c) da condição mais benéfica ao trabalhador, ou seja, as vantagens já conquistadas, que são mais benéficas ao trabalhador, não podem ser modificadas para pior.¹⁰

Ademais, esse princípio serve de contributo para dar mais notoriedade as situações jurídicas envolvendo os trabalhadores acidentados, pois além da incapacidade laborativa, o rendimento tem caráter alimentar, dessa forma garantindo a sua dignidade.

¹⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**.32ªed. Ed. Saraiva. São Paulo, 2016. p.133

Portanto, fica claro que cada princípio tem sua particularidade, mas de forma ampla tem como propósito disponibilizar direitos aos cidadãos, trazendo uma segurança e equilíbrio nas relações, principalmente diante da incapacidade laboral, pois são nos momentos de convalescença que o trabalhador experimenta o maior nível de fragilidade e dependência. Vale frisar, que ao receber o benefício previdenciário garante amparo financeiro, sem lesionar a sua dignidade, até conseguir recuperar sua capacidade laborativa e retornar as atividades habituais.

4. INCAPACIDADE LABORATIVA E A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Os empregados estão sujeitos a sofrer acidentes que refletem em sua capacidade de realizar as tarefas diárias que compõem o exercício de seu labor. Esses infortúnios podem decorrer por um nexo causal de acidentes do trabalho, pois foi efetivado em detrimento de sua atividade, doenças ocasionadas pelo trabalho, doenças comuns, doenças graves. Essa incapacidade pode ser temporária ou definitiva, dependendo do grau e efeitos causados.

As lesões sofridas geram algumas consequências para o empregado, uma delas é o afastamento para restabelecer suas funções. A inteligência do Direito Previdenciário e os princípios que o constitui, asseguram ao acidentado benefícios como auxílios doenças e aposentadoria por invalidez. Dessa forma, o obreiro pode continuar promovendo o seu sustento e do seu lar até que possa voltar a frequentar o ambiente de trabalho. Veja o que dispõe o art. 6º, § 2º da Lei nº 605/49, *ipsis litteris*:

“A doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição da Previdência social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de representação federal, estadual ou municipal incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha.”¹¹

A partir da existência da incapacidade laboral, o segurado receberá a

¹¹ PEREIRA, Leone. SCALÉRCIO, Marcos, ORSI, Renata. **CLT Organizada**. São Paulo, RT, 2018.p 609.

concessão do benefício através do laudo que constatará o grau da lesão. Vale salientar, que os quinze primeiros dias de afastamento serão custeados pelo empregador, ou seja, pagará o salário integral e a partir do décimo sexto dia o auxílio doença passa a entrar em vigor, nos outros casos o benefício será concedido a partir da comprovação da incapacidade. A reabilitação do obreiro ficará a cargo dos custeios do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Ademais, o salário benefício não pode ter valor inferior ao mínimo, respeitando o Princípio Constitucional. Em casos mais graves, que cause a incapacidade definitiva, será deferido a aposentadoria por invalidez. Nesse caso, serão feitos exames efetivados pelo médico da Previdência Social, podendo o segurado buscar ajuda de um médico particular, se lhe for conveniente.

4.1 Cancelamento do auxílio doença e limbo trabalhista

Na fase de reabilitação do empregado, onde está assegurado pelo auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, o contrato de trabalho permanece suspenso, conforme explica o artigo 475 da CLT, *ipsis litteris*:

“O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para efetivação do benefício.”¹²

Durante o prazo estabelecido pelo INSS, o acidentado passará por avaliações médicas, sendo estas com intuito de constatar a sua recuperação. Se o prazo oferecido pelo instituto não for suficiente, serão feitas novas avaliações e a partir do resultado do laudo, o benefício será cancelado ou prorrogado. Após a constatação do restabelecimento da capacidade laborativa, conclusa pelo médico da autarquia, o empregado deve se apresentar a empresa para retornar a suas atividades habituais, ocorrendo, assim, o cancelamento do benefício.

Diante da situação, se o empregado ainda sente – se doente, terá que procurar o Juizado Especial Federal para promover ação contra o INSS e continuar recebendo o auxílio doença. Tomando desse ponto de partida, cabe ressaltar que a

¹² Idem o 11, página 343.

Emenda Constitucional de nº 45 de 2004, ampliou a competência da Justiça do Trabalho, estabelecendo garantias baseadas no princípio da celeridade.

No que tange ao retorno do empregado ao trabalho e sua aceitação pelo empregador, situação nem sempre é simples, apesar do perito- médico do INSS ter emitido laudo de que o obreiro está apto para retornar as suas funções, quando este se submete a avaliação médica solicitada pelo empregador, a situação comprovada é diferente, ou seja, descobre que sua incapacidade ainda não foi sanada.

Essa situação não é nada favorável para o empregado, pois fica sem receber o auxílio doença por parte do INSS, pois o instituto entende que ele já está pronto para voltar ao ambiente laboral e desempenhar suas funções, por sua vez o empregador não o aceita de volta ao trabalho por constatar a sua invalidez e falta de capacidade laborativa.

O empregado se envolve nesse “limbo” previdenciário e trabalhista, mesmo sendo a parte mais fraca da relação de trabalho, fica à mercê das lacunas existentes na lei, no meio dessa quebra de braços entre o INSS e o Empregador. Como a situação trata – se de relação de emprego, o empregador tem que assumir o risco da atividade econômica, se for necessário, posteriormente cobrar judicialmente reparação por parte do INSS, como dispõe o artigo 2º da CLT, *in verbis*:

“Considera empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.”¹³

Em verdade é comum encontrar vários julgados que tratem sobre o limbo jurídico previdenciário trabalhista, havendo divisões dos entendimentos nos tribunais, podendo ser encontrados posicionamentos distintos, não havendo determinação legal sobre o tema:

LIMBO PREVIDENCIÁRIO TRABALHISTA. A partir do momento em que a reclamada, através de exame médico, considera a trabalhadora inapta para o trabalho, apesar de decisão em sentido contrário do INSS, sem interpor recurso, na forma do art. 76-A do Decreto 3.048/99, deve arcar com o pagamento dos salários do período do afastamento, com base no artigo 4º, caput, da CLT, pois a reclamante estava à sua disposição, até a data em

¹³ Ibidem o 11, página, 281

que está afirmou não ter interesse no retorno ao trabalho.¹⁴

INCAPACIDADE LABORATIVA. LER/DORT. EMPREGADA CONSIDERADA APTA PELO INSS E INAPTA PELO MÉDICO DA EMPRESA. NAO-RECEBIMENTO DE SALÁRIO OU DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III E IV C/C ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DANO MORAL E MATERIAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO EMPREGADOR. OMISSÃO VOLUNTÁRIA. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO. Não se pode olvidar que é fundamento basilar da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (art. 1º, incisos III e IV da CF). Ademais, a valorização do trabalho humano, sobre que é fundada a ordem econômica, tem o fim de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170 da CF). Neste caso, o ato ilícito e a culpa do reclamado pelo dano moral e material decorrem da omissão voluntária em não conduzir a reclamante à função compatível com sua capacidade laborativa, custeando seus salários enquanto negado o benefício previdenciário e, ainda, em não emitir nova CAT, buscando no Órgão competente o restabelecimento do auxílio-doença acidentário. Assim, o nexo de causalidade entre a omissão ilícita da empresa reclamada e a lesão imaterial e material suportada pela reclamante é evidente, pois não há dúvida de que - tomando-se em consideração a percepção do homem médio - na situação de total desamparo vivenciada pela autora, permanecendo dez meses sem receber o auxílio previdenciário, porque considerada apta ao trabalho pelo INSS, e sem perceber seus vencimentos, porque não aceito o retorno ao trabalho pela empresa, sem ter como prover a si e à sua família e diante da indefinição do quadro narrado; a dor pessoal, o sofrimento íntimo, o abalo psíquico e o constrangimento tornam-se patentes.¹⁵

LIMBO JURÍDICO TRABALHISTA PREVIDENCIÁRIO. ALTA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. IMPEDIMENTO AO TRABALHO. OFENSA A DIGNIDADE DO TRABALHADOR. Empregado que obtém alta médica perante o INSS tem direito a retornar ao trabalho. Se o empregador entende que o empregado, mesmo após a alta médica da Previdência Social, não tem condições adequadas de saúde e o impede de trabalhar, encaminhando-o novamente à Previdência Social e está atesta que ele está apto, recusando-lhe a conceder novo auxílio-doença, deve o empregador arcar com as consequências do seu ato. Não se pode admitir que o empregado seja colocado no limbo jurídico previdenciário trabalhista, qual seja, não recebe o benefício previdenciário e ao mesmo tempo não recebe os salários. Aplica-se ao caso o princípio da continuidade do vínculo empregatício e considerando que o empregador, por expressa disposição legal é aquele assume os riscos da atividade econômica (art. 2º da CLT) e ainda o disposto no artigo 4º da CLT, o empregador deve arcar com o pagamento dos salários dos respectivos períodos de afastamento até a efetiva reintegração do empregado ao trabalho. Entendimento que se adota em consonância com os princípios da dignidade do ser humano e dos

¹⁴ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO RO:01017613320175010226 RJ, Relator Álvaro Luiz Carvalho Moreira. Data de Publicação: 12/12/2018

¹⁵ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO RO: 68220084011400, Relator: Juiz Federal Do Trabalho Convocado Shikou Sadahiro. Data de Publicação: DETRT14 n.0160, de 28/08/2009

valores sociais do trabalho, insculpidos no art. 1º, III e IV da C.R./88.¹⁶

AUXÍLIO-DOENÇA – ALTA DO INSS – EMPREGADA CONSIDERADA INAPTA PELO MÉDICO DA EMPRESA – IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS AO EMPREGADOR. Não houve recusa injustificada da empresa em reintegrar a obreira ao trabalho. Toda a prova documental produzida demonstra que a reclamada não agiu de má fé e cumpriu todas as suas obrigações, não exigindo da trabalhadora a prestação de serviços, por reputá-la incapaz para o trabalho e fornecendo a documentação necessária para que a reclamante pudesse pleitear seus direitos junto ao INSS (docs. nº 45/68, volume apartado). Não se constata qualquer irregularidade no procedimento patronal. O laudo pericial de fls. 152/161, inclusive, confirmou que a reclamante não está apta ao trabalho, apresentando fibromialgia, lesão crônica da coluna (discopatia degenerativa) e quadro de depressão crônica, todos sem nexos com o trabalho realizado na reclamada. Como bem salientado a quo, não há impedimento legal para que as empresas, diante dos documentos que atestam a inaptidão do obreiro, como o laudo do médico do trabalho, obtem seu retorno ao trabalho enquanto durar o procedimento administrativo de recursos perante a Previdência Social, também não há obrigatoriedade de remunerar mencionado período, já que, esse período em que o empregado permanece afastado pedindo reconsideração do pedido de auxílio-doença deve ser considerado como de suspensão do contrato de trabalho. Outrossim, não há fundamento legal para autorizar o pagamento dos salários pretendidos. Recurso ordinário da reclamante a que se nega provimento¹⁷

Diante do exposto, apesar de haver entendimentos opostos, a jurisprudência majoritária condena a conduta da empresa ao agir ilícitamente e contribuir para que o empregado se mantenha no limbo jurídico previdenciário.

Uma possível solução seria buscar ajuda no sindicato o qual o obreiro faça parte para tentar um acordo amigável com a empresa e assim a possibilidade de uma reintegração ao ambiente laboral e a empregadora diminuiria o risco de futuramente a ser condenada ao pagamento de uma indenização por dano moral. A depender do caso concreto, uma mudança temporária de cargo até que o obreiro faça uma nova avaliação médica e comprove a recuperação total das suas funções, podendo posteriormente retornar para sua antiga função. Ademais, em se tratando de funcionário acidentado, este ganha estabilidade temporária de 12 meses e com o cancelamento do auxílio doença, a suspensão do contrato se extingue.

¹⁶ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO RO:01221201417903009, Relator: Sercio da Silva Pecanha, Oitava Turma, Data de Publicação: 10/10/2014.

¹⁷ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO. RO: 0001364-07.2013.5.02.0087.Relatora: Maria Cristina Fisch. Data da Publicação: 02/03/2015.

Dessa forma, o pacto laboral volta a produzir seus efeitos, assegurando o trabalhador voltar a exercer sua atividade.

Vale reforçar, que o salário tem caráter alimentar, necessário para sua subsistência, seu direito está resguardado pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que encontra – se expresso no artigo 5º da Constituição Federal.

5. CONCLUSÃO

Apesar de ter ocorrido a evolução da Previdência Social e do Direito do Trabalho, bem como a criação de princípios que carregam em seu bojo a proteção do empregado, ainda hoje nota – se a falta de aprimoramento das medidas referentes às questões que envolvem consequências de danos à saúde, sejam elas de qualquer natureza que refletem na incapacidade para realização de sua atividade laboral. Há, também, a ausência de normas no que diz respeito às situações que envolvem empregado, empregador e Estado.

O empregado ao querer voltar ao exercício de sua função fica exposto a uma lamentável controvérsia causado pelo Limbo Previdenciário Trabalhista, em que cada lado da relação tripartite expõe entendimentos diversos. Essa situação deixa o trabalhador a mercê de completo abandono, pois não tem uma resposta clara da legislação. Tais atitudes do INSS e da empresa empregadora levam a pensar que estes estão apenas preocupados com interesses próprios, ou seja, com redução de prejuízos e despesas intercorrentes do estado de saúde ocupacional.

Por outro lado, Justiça do Trabalho é responsável por resolver os litígios que envolvem relação de trabalho, conforme texto acrescentado pela EC-45. Dessa forma, é de suma importância para evolução no campo trabalhista o aprimoramento dos critérios técnicos- legais para sanar a omissão de conduta dos entes envolvidos no problema, de modo que a Justiça do Trabalho passe a assumir uma incumbência que lhe é atribuída pelo texto constitucional.

Eis, então, a missão de oportunizar a criação de condições que facilitem para uma solução harmônica que seja capaz de garantir os direitos do empregador e principalmente do empregado, sem o desamparar financeiramente e largando a própria sorte, a fim de resguardar a sua dignidade como cidadão, oferecendo

condições de se manter e de continuar a promover o sustento de sua família.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 605, de 05 de Janeiro de 1949.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988.

BARROSO, Darlan Barroso, JÚNIOR, Marco Antônio Araújo Júnior(coord). Vade mecum legislação selecionada para OAB e concursos- 11.ed. atual.- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário. Teoria e Questões. 11ª Ed. Editora Ferreira Ltda. Rio de Janeiro, 2016.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 32ª Ed. Editora Saraiva, São Paulo, 2016.

MELO. Geraldo Magela. Os Benefícios Acidentários e a Competência da Justiça do Trabalho. Belo Horizonte: RTM, 2011.

PEREIRA, Leone, SCALERCIO, Marcos, ORSI, Renata. CLT Organizada, 8ª Ed., Editora: Revista do Tribunais, São Paulo, 2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO. RO: 0001364-07.2013.5.02.0087.Relatora: Maria Cristina Fisch. Data da Publicação: 02/03/2015.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO RO: 68220084011400, Relator: Juiz Federal Do Trabalho Convocado Shikou Sadahiro. Data de Publicação: DETRT14 n.0160, de 28/08/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO RO:01221201417903009, Relator: Sercio da Silva Pecanha, Oitava Turma, Data de Publicação: 10/10/2014.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO RO:01017613320175010226 RJ, Relator Álvaro Luiz Carvalho Moreira. Data de Publicação: 12/12/2018

PEREIRA JÚNIOR, Aécio. Evolução histórica da Previdência Social e os direitos fundamentais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n.707, 12 jun. 2005.Disponívelem: <<https://jus.com.br/artigos/6881>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

NOLASCO, Lincoln. Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335> acesso em:24 fev.2019

ABSTRACT

The present work intends to analyze the changes in Social Security since its creation, its main characteristics and principles used as inspiration to draw the basis of Social Security, as well as highlighting the main problems caused by the cancellation of social security benefits and the consequences caused to workers who are declared ok to go back to work and are also disapproved by the company's doctors, refusing their return to their labor activities.

Key Words: Social Security, Cancellation of Benefits, Labor, Social Security-Labor Gap.